ITEM OBRIGATÓRIO

FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA - FERA
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA

ANA MARIA DE ABREU E SILVA

MODELO ILUSTRATIVO PARA TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC DA FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA - FERA: CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PEDAGOGIA 2019

(Modelo meramente ilustrativo referente ao leiaute do TCC. A composição do texto é de responsabilidade do autor)

ARAPIRACA
2019

ITEM OBRIGATÓRIO

Ana Maria de Abreu e Silva

Modelo ilustrativo para Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC da Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA: cursos de Educação Física e Pedagogia 2019

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado a Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Física..

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Carla Maria de Oliveira Carvalho.

Coorientador: Prof. Me. Rafael Diogo de Magalhães.

Arapiraca
2019

ITEM OBRIGATÓRIO

Ana Maria de Abreu e Silva

Modelo ilustrativo para Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC da Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA: cursos de Educação Física e Pedagogia 2018

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado a Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Data de Aprovação: _____/_____/ 2019.

Banca Examinadora

Prof.ª Dr.ª Carla Maria de Oliveira Carvalho
Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA
(Orientadora)

Prof.ª Ma. Maria da Silva Cerqueira
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL
(Examinadora)

Prof. Dr. Welington Araújo Silva
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
(Examinador)

ITEM OPCIONAL

\

Ao Meu Pai querido João Manuel (*in memoriam*) e minha Maria das Dores, amores da minha vida que me possibilitaram a busca por uma formação e orgulho de ser filha da classe trabalhadora.

Aos alunos que me motivam a cada dia transmitir os conhecimentos sistematizados pela humanidade, os quais me permitem exercer a docência não por uma mera obrigação, mas em resposta a uma formação que vislumbra a transformação da realidade.

Dedico.

Educação Física ensina através do corpo o que você não é capaz de dizer com palavras ou explicar em números.

Grazielle Dias

AGRADECIMENTOS

Á ***Deus***, o qual não se explica de forma científica mas, por meio da Fé, sinto seu poder atuando em minha vida. Obrigada ***Deus***, sou grata por esta vitória!!!

Agradeço a todos que contribuíram com o percurso do mestrado, os quais por diferentes momentos contribuíram de forma significativa, extremamente importante para a concretização deste sonho. Vocês são parte importante na minha história, os levo comigo sempre.

A minha família, em especial a meus pais, pelo apoio e incentivo às escolhas que tomei, ser professora como ***Maria das Dores*** (mãe) e ***João Manuel***, meu eterno exemplo (pai).

A minha orientadora ***Abertina de Castro***, mulher prestativa, enfática e pontual para o crescimento acadêmico frente à universidade. Agradeço por todos os momentos de orientação, amplos de aprendizagem, marcados pelo acolhimento e contribuição na minha caminhada acadêmica. Você é um exemplo de compromisso e respeito.

À Profª ***Joana Silva***, que de forma especial coorientou este trabalho mediante a sua rotina de luta na universidade, és um brilho em pessoa que ilumina a todos onde passa.

Ao Profº ***Victor de Assis***, um doce de pessoa que durante estes anos de mestrado não mediu esforços para contribuir na pesquisa através das disciplinas e enquanto coordenador do PPGE.

À Profª ***Cleia Vasconcellos*** pelos saltos qualitativos que me destes neste caminhar. Obrigado minha mestre, amiga e acima de tudo meu espelho enquanto companheira de luta na transformação do real.

Deus abençoe a Todos!

ITEM OBRIGATÓRIO

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo verificar se há diferença significativa do IMC e da Coordenação Motora entre meninos e meninas em idade pré-puberal matriculados em escolas públicas e privadas do município de Arapiraca-AL. Metodologia: Tratas-e de um estudo descritivo de corte transversal. A amostra foi composta por 120 alunos de ambos os sexos, em idade pré-puberal, matriculados em escolas da rede pública e privada de Arapiraca-AL. Foram utilizados na pesquisa os seguintes instrumentos: para análise da coordenação motora o teste Körperkoordinations test Für Kinder – KTK, e para a análise do IMC o quociente MC/EST². Resultados: Quanto ao IMC, foi verificado que todas as crianças apresentaram classificação normal. De acordo com as tarefas do KTK as crianças de ambos os sexos das escolas das redes de ensino público e privado apresentaram classificação muito boa. Por fim, observou-se que não existe diferença significativa no IMC entre meninos e meninas, entretanto, foram observadas diferenças significativas no KTK entre meninos e meninas matriculados em escolas públicas e privadas na distribuição de SL (Saltos Laterais) e na distribuição de SM (Saltos Monopedais). Conclusão: Pode-se concluir que existe não diferença significativa do IMC, porém houve diferença significativa da coordenação motora entre meninos e meninas matriculados em escolas públicas e privadas no município de Arapiraca-AL. Palavras – chave: Coordenação motora. Índice de Massa Corporal. Maturação.

Palavras-chaves: Coordenação motora. Índice de Massa Corporal - IMC. Maturação

ITEM OBRIGATÓRIO

ABSTRACT

He present study aims to verify if there is a significant difference in BMI and Motor Coordination between prepubescent boys and girls enrolled in public and private schools in the city of Arapiraca-AL. Methodology: This is a cross-sectional descriptive study. The sample consisted of 120 students of both sexes, pre-pubertal age, enrolled in public and private schools in Arapiraca-AL. The following instruments were used in the research: for motor coordination analysis the Körperkoordinations test Für Kinder - KTK, and for the MCI analysis the MC / EST² quotient. Results: Regarding BMI, it was verified that all the children presented normal classification. According to the tasks of the KTK the children of both sexes of the schools of the public and private schools presented a very good classification. Finally, it was observed that there is no significant difference in BMI between boys and girls, however, significant differences were observed in KTK among boys and girls enrolled in public and private schools in the distribution of SL (Side Skipping) and SM distribution (Monopedal Jumps). Conclusion: It can be concluded that there is no significant difference in BMI, but there was a significant difference in motor coordination between boys and girls enrolled in public and private schools in the city of Arapiraca-AL.

Keywords: Motor coordination. Body Mass Index - BMI. Maturation

ITEM OPCIONAL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Revisão de Literatura 25
Figura 2 - Modelo de Alocação de Recursos 40
Figura 3 - Modelo Piramidal Esportivo 41
Figura 4 - Fluxograma das etapas de competições dos Jogos Escolares 59
Figura 5 - Total de escolas por esfera 60
Figura 6 - Materiais adquiridos com recurso do programa 80
Figura 7 - Página de inserção dos dados da etapa escolar 84
Figura 8 - Realização da etapa escolar em duas escolas da rede 89

ITEM OPCIONAL

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Corpus Documental de Investigação 27

Quadro 2 - Programas de Esporte Educacional no Brasil (2003 a 2013) 49

Quadro 3 - Documentos oficiais do Programa Atleta na Escola 56

Quadro 4 - Documentos do Relatório de Adesão do PAE em Arapiraca (2013-2014) 64

ITEM OPCIONAL

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de alunos participantes do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2013-2014) 67

Tabela 2 - Dados do Sistema PDDE Interativo sobre as escolas que aderiram ao PAE em Arapiraca – Etapa Escolar 2014 68

Tabela 3 - Recursos do PAE para escolas municipais de Arapiraca em 2013 e 2014 84

Tabela 4 – Quantidade e percentual de estudantes participantes do PAE em Arapiraca em 2014 – Etapa escolar 89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAETI	Centro de Apoio as Escolas de Tempo Integral
CEFDESC	Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar
CF	Constituição Federal
CID	Centro de Iniciação Desportiva
CIE	Centro de Iniciação ao Esporte
CIEF	Centro Integrado de Educação Física
CND	Conselho Nacional do Desporto
CNE	Conferência Nacional do Esporte
CNED	Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo
CNEF	Campanha Nacional de Educação Física
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
CONBRACE	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
CONICE	Congresso Internacional de Ciências do Esporte
CPB -	Comitê Paralímpico Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CBJ	Confederação Brasileira de Judô
DED	Departamento de Educação Física e Desportos
DEF	Divisão de Educação Física
DIESPORTE	Diagnóstico Nacional do Esporte
EAR	Esporte de Alto Rendimento
ETP	Esporte para Todos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS 21

2.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS 21

2.1.1 A revisão de literatura 23

2.1.3 O trabalho de campo: as entrevistas e a técnica de análise de conteúdo 28

2.2 DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO 31

3 POLÍTICA DO ESPORTE NO BRASIL: DO ESTADO NOVO AOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS 33

3.1 O ESPORTE NA ERA VARGAS (1930/ 1945) 34

3.2 A POLÍTICA ESPORTIVA NO POPULISMO (1946/1964) 35

3.3 A DITADURA MILITAR E O MODELO PIRAMIDAL ESPORTIVO (1964/1985) 37

3.4 A REFORMULAÇÃO DO ESPORTE BRASILEIRO NA "DÉCADA PERDIDA" (1980/1994) 42

3.5 SOBRE O ESPORTE NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995/2002) 44

3.6 A AGENDA DA POLÍTICA ESPORTIVA BRASILEIRA (2003/2013) 46

4 O PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA ATLETA NA ESCOLA 53

4.1 O PONTO DE PARTIDA: MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL 53

4.2 DESENHO TÉCNICO-OPERACIONAL 58

4.3 O PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA 63

4.3.1 Adesão 66

4.3.2 Financiamento 76

5 A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA EM ARAPIRACA SOB O PONTO DE VISTA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES 99

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 123

REFERÊNCIAS 130

APÊNDICE A - Detalhamento da revisão de literatura 138

APÊNDICE B - Detalhamento de 140

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos entrevistados 148

APÊNDICE F - Instrumento C – Estudante 162

ITEM OBRIGATÓRIO

ANEXO A – Mapeamento comunidades quilombolas de Alagoas 163

ANEXO B – Itens obrigatórios e opcionais para Trabalho de Conclusão de Curso - TCC 164

ORIENTAÇÕES

(O MODELO E TEXTOS APRESENTADOS POSSUEM APENAS CARÁTER ILUSTRATIVO)

1 LETRA TIMES NEW ROMAN OU ARIAL. AS MARGENS DEVERÃO SER DE 3 CM ESQUERDA E SUPERIOR E 2 CM PARA DIREITA E INFERIOR.

2 TAMANHO 12 PARA TODO TEXTO (NOTAS DE RODAPÉ TAMANHO 10 E CITAÇÕES COM MAIS DE TRÊS LINHAS, TEXTOS RECUADOS DA FOLHA DE ROSTO E APROVAÇÃO, TÍTULOS E FONTES DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES USAR TAMANHO 11)

3 AS ASSINATURAS DA FOLHA DE APROVAÇÃO PODERÃO SER MANUSCRITAS E (DIGITAIS MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA BANCA)

4 RESUMOS DEVERÃO CONTER DE 150 A 500 PALAVRAS, TRÊS A CINCO PALAVRAS-CHAVES.

5 NA NUMERAÇÃO É EXCLUIDA A CAPA, SE CONSIDERA A NUMERAÇÃO A PARTIR DA FOLHA DE ROSTO, MAS A NUMERAÇÃO SÓ IRÁ APARECER A PARTIR DA INTRODUÇÃO.

6 LISTAS DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS ETC E SUMÁRIO NÃO DEVERÃO CONTER PONTILHAMENTOS INDICADORES DE PÁGINAS.

7 O SUMÁRIO DEVE SER APRESENTADO ALINHADO. OS RECURSOS TIPOGRÁFICOS (NEGRITO, SUBLINHADO, ITÁLICO, LETRAS MAIÚSCULAS OU MINÚSCULAS) FICAM A CRITÉRIO DO AUTOR. CONTUDO O FORMATO TIPOGRAFICO UTILIZADO NO SUMÁRIO DEVERÁ SER IDENTICO EM TODO O CORPO DO TRABALHO.

8 ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS É DE 1,5 PARA TODO O TEXTO. NÃO EXISTEM ESPAÇOS ENTRE OS PARÁGRAFOS. ADOTAR ESPAÇAMENTO DE 1,5 PARA LACUNAS QUE SE ENCONTRAM ANTES E DEPOIS DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS, ILUSTRAÇÕES, ANTES E DEPOIS DE CITAÇÕES COM MAIS DE TRÊS LINHAS, ANTES E DEPOIS DE SEÇÕES PRIMÁRIAS, SECUNDÁRIAS E TERCIÁRIAS ONDE SE APLICA.

9 CASO O TRABALHO POSSUA APÊNDICES OU ANEXOS, DEVERÃO SER CLASSIFICADOS POR LETRAS E LISTADOS NO SUMÁRIO COMO NO EXEMPLO DE SUMÁRIO ACIMA.

10 SUPRESSÕES DE TEXTOS EM CITAÇÕES OU NO CORPO DO TEXTO DEVERÃO SER GRAFADAS DA SEGUINTE FORMA: [...]

11 REFERÊNCIAS DEVEM SER APRESENTADAS EM ORDEM ALFABÉTICA E ALINHADAS A ESQUERDA NO FINAL DO TEXTO, INDEPENDENTE SE O AUTOR TAMBÉM ADOTE AS REFERENCIAS NO FINAL DE CADA FOLHA COMO NOTAS DE RODAPÉ.

12 FICA ESTABELECIDO O NÚMERO MÍNIMO DE 30 LAUDAS E NO MÁXIMO 60 LAUDAS (APENAS ANVERSO). A CONTAGEM DEVERÁ SER CONSIDERADA A PARTIR DA FOLHA DE ROSTO . **VER ANEXO B.**

ITEM OBRIGATÓRIO

1 INTRODUÇÃO

A obesidade e o sobrepeso correspondem a uma adiposidade excessiva, resultante do desequilíbrio entre a ingestão calórica e o gasto energético de um indivíduo, sendo ambos determinados por fatores genéticos e ambientais.

Estudos vêm sendo feito desde o século passado, buscando identificar a prevalência do excesso de peso na população infantil, os quais, desde aproximadamente 1970, vêm referindo um aumento progressivo da morbidade nesse grupo. Essa situação vem sendo classificada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (2010), como a epidemia do século XXI. (VICENZIKELI et al. 2015).

Segundo a OMS (2014), somente no ano de 2014, 39% dos adultos no mundo todo estavam com sobrepeso Índice de Massa Corpórea (IMC) ≥ 25kg/m2 e 13% em estado de obesidade IMC ≥ 30kg/m2 WHO, (2015). A prevalência mundial desse problema aumentou substancialmente nas últimas três décadas, de modo que, de 1980 a 2013, o excesso de peso aumentou 27,5% entre os adultos em escala mundial. Em 1980, 857 milhões de adultos estavam nestas condições enquanto que em 2013 eram 2,1 bilhões, o que representa quase 30% da população mundial NG, M. FLEMING T. et al., (2014).

A Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (2014) mostra que no Nordeste, em 1975, 2,7% da população eram obesas; no ano de 1989, esse percentual subiu para 5,1% e em 1997, 8,5% da população do Nordeste era obesa. Comparado ao Sudeste do Brasil, na década de 1970, 5,4% da população era obesa; em 1989 o percentual era de 9,9%; na década de 1990, 10,4% da população apresentavam obesidade. De acordo com as Diretrizes Brasileiras de Obesidade e Sobrepeso (2009), “a etiologia da obesidade é complexa e multifatorial, resultado da interação de genes, ambiente, estilos de vida e fatores emocionais”.

Segundo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN, entre os fatores determinantes da obesidade estão os demográficos, socieconômicos, epidemiológicos, culturais, além dos ambientais. MINISTÉRIO DA SAÚDE (2012). Vista como uma Doença Crônica Não Transmissível – DNCT, o problema do excesso de peso trata de um processo pandêmico que extrapola fronteiras geopolíticas, blocos econômicos, culturas e estratos sociais, com a observação 9 surpreendente de que atualmente, ao contrário do passado, são as camadas mais pobres dos países ricos ou em desenvolvimento que constituem os segmentos mais expostos as suas ocorrência OMS, (2013). Os principais fatores de risco para as DCNT são: o tabaco, a alimentação não saudável, a inatividade física e o consumo nocivo de álcool,

responsáveis, em grande parte, pela epidemia de sobrepeso e obesidade, pela elevada prevalência de hipertensão arterial sistêmica (HAS) e pelo colesterol alto. Malta (2011) Pode-se dizer que em todos os países do mundo as Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT constituem o principal problema de saúde pública, ou melhor, um grave problema para todos os sistemas de saúde pública, representando uma ameaça não apenas à saúde, como também ao desenvolvimento humano. Goulart (2011). A carga dessas enfermidades incide especialmente sobre países com condições econômicas mais precárias, sendo as principais fontes da carga de doenças no Brasil. SCHMIDT et al. (2011).

O programa foi composto de duas grandes ações:

1) **Jogos Escolares** - competições compostas de várias etapas:

- Etapa Escolar - organizada pelas escolas e financiada pelo PAE;
- Etapa Municipal – organizada pela Secretaria Municipal de Esporte ou Educação, conta com recursos disponibilizados pela Lei 12.395/11[1];
- Etapa Estadual/Regional – Organizada pelas Secretarias de Estado de Esporte e ou Educação. Conta com recursos disponibilizados pela Lei 12.395/11 e pelo Programa Atleta na Escola;
- Etapa Nacional – Organizada pela COB e CPB financiada com recurso da Lei 10.264/01[2].

2) **Centro de Iniciação Esportiva** – para o acolhimento dos talentos esportivos identificados nos Jogos Escolares.

[1] Do adicional de 4,5% (quatro e meio por cento) de que trata o inciso II deste artigo, 1/3 (um terço) será repassado às Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do esporte, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paraolímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do art. 7o desta Lei (BRASIL, 2011).

[2] A Lei 10.264/2001 sanciona que "dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios", devem ser destinadas: oitenta e cinco por cento ao Comitê Olímpico Brasileiro, e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, sendo observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União. Conforme o § 1º, "dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário e II – serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos" (BRASIL, S/P, 1998).

ITEM OBRIGATÓRIO

2 OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo investigou aspectos de uma política específica, a partir de uma realidade dada, os parâmetros teórico-metodológicos da pesquisa estão apoiados no materialismo histórico-dialético, compreendido como uma "[...] possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação da realidade" (PIRES, 1997, p. 85). Aplicada ao fenômeno educacional, tal perspectiva "[...] pode ser empreendida quando conseguimos descobrir sua mais simples manifestação para que, ao nos debruçarmos sobre ela, elaborando abstrações, possamos compreender plenamente o fenômeno observado" (PIRES, 1997, p. 88).

Em função da problemática que envolve o Programa Atleta na Escola, especialmente na realidade investigada, a opção pelo materialismo histórico-dialético se justifica por ser um método[3] de interpretação da realidade caracterizado por meio do

> [...] movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (PIRES, 1997, p.87).

2.1.1 A revisão de literatura:

Para a realização da tarefa de revisão de literatura, cumprimos três passos importantes, destacados a seguir.

A) Levantamento e seleção das publicações

Quanto aos estudos teóricos, destacamos a importância do aprofundamento da revisão de literatura sobre a Política Nacional de Esporte, buscando compreender o percurso histórico desta e seu reflexo na atual organização esportiva nas escolas do país. Esses aspectos, tratados mais detidamente no capítulo 2, nos permitiram fundamentar a análise do PAE a partir das evidências que emergiram a partir da análise documental e da pesquisa de campo.

Desta forma, realizamos inicialmente uma pesquisa bibliográfica na busca de referenciais teóricos – na forma de livros, artigos de periódicos, dissertações e teses, trabalhos

---

[3] Tal método tem sido questionado na atualidade sobre sua vitalidade e possibilidade de existir como referência na compreensão da realidade, mas vale ressaltar que muitos pensadores reconhecem as interpretações marxistas como as mais completas e originais desta sociedade que ainda sobrevive mediante a sociedade capitalista como teoria de interpretação de cunho importante, pertinente e atual, que precisa ser contextualizada constantemente (SANTOS, apud PIRES, 1997)

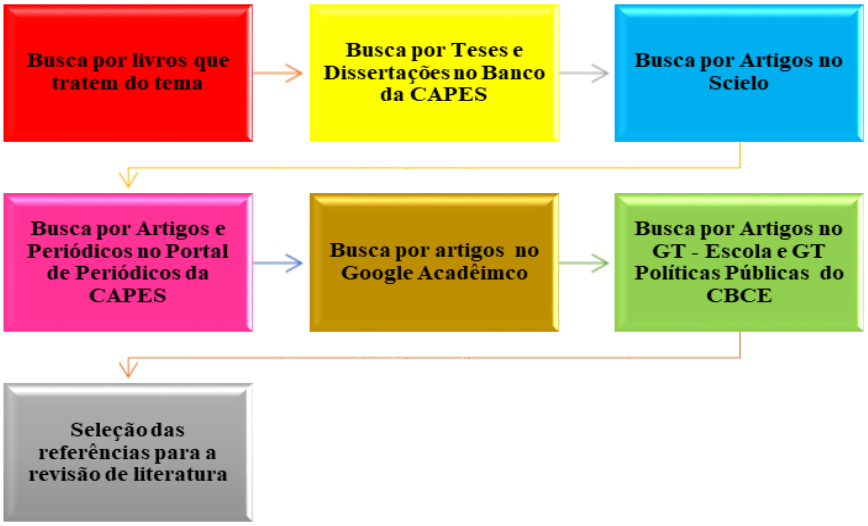
em eventos – que pudessem contribuir com a elaboração do quadro de referencial de análise dos achados da pesquisa.

Desta forma, a revisão de literatura foi fundamental desde o início da investigação, uma vez que:

> [...] a proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidos (ALVES, 1992, p. 53).

A seguir, é possível compreender na Figura 1 – intitulada "Mapa da Revisão de Literatura" –, como se deu este processo:

Figura 1 – Mapa da Revisão de Literatura



Fonte: A autora (2017).

Uma vez compreendida a importância da revisão de literatura, foram privilegiados estudos referentes ao campo da Política do Esporte no Brasil, em geral, e estudos que trataram de programas relacionados a tal política, em especial aquele que é objeto deste estudo.

A revisão de literatura nos proporcionou condições para construir reflexões e considerações a respeito da produção existente, os aspectos importantes que deviam ser considerados, bem como o esforço por parte do pesquisador na elaboração teórica a respeito do objeto de investigação.

Silva (1992) destaca que

> [...] esse esforço de elaboração teórica é essencial, pois o quadro referencial clarifica o racional da pesquisa, orienta a definição de categorias e constructos relevantes e dá suporte às relações antecipadas nas hipóteses, além de construir o principal instrumento para interpretação dos resultados da pesquisa. A pobreza interpretativa de muitos estudos, várias vezes apontada em avaliações da produção de conhecimento na área de educação [...], deve-se essencialmente à ausência de um quadro teórico criteriosamente selecionado (ALVES, 1992, p. 55).

Do conjunto de documentos encontrados sobre o PAE, selecionamos aqueles que se referem explicitamente ao programa e que constituem seu marco regulatório mais geral. Três materiais compuseram o *corpus* documental da investigação, conforme detalha o Quadro 1 apresentado a seguir:

Tabela 1 – Corpus documental da investigação

DOCUMENTO	**ORIGEM**	**ASSUNTO**
Resolução/ CD/FNDE Nº 11 de 7 de maio de 2013.	Página Eletrônica do MEC.	Institui o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola.
Manual de orientações – Programa Atleta na Escola.	Página Eletrônica do Programa Atleta na Escola.	Apresenta orientações sobre o programa visando auxiliar na sua execução na etapa escolar.
Relatório de adesão do programa Atleta na escola – (2013 e 2014) no município de Arapiraca.	Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Arapiraca.	Materiais diversos sobre o Programa Atleta na Escola em Arapiraca.

Fonte: A autora (2017).

3 POLÍTICA DO ESPORTE NO BRASIL: DO ESTADO NOVO AOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Dentre os métodos para identificar e avaliar o desenvolvimento motor e o desempenho coordenativo de crianças em idades pré-escolar e escolar, o mais simples de baixo custo é o Teste de Coordenação Corporal para Crianças (Körperkoordinations test Für Kinder - KTK), este que possibilita avaliar o nível de coordenação motora da criança, consiste na elaboração de uma bateria de avaliação da capacidade de coordenação corporal, que envolve componentes da coordenação corporal, e que classifica o nível de desenvolvimento coordenativo da criança. 16 PINHEIRO, (2015). A bateria KTK, é constituída por quatro itens: (1) equilíbrio em marcha à retaguarda; (2) saltos monopedais; (3) saltos laterais; (4) transposição lateral. O resultado de cada item é comparado com os valores normativos fornecidos pelo manual, sendo atribuído a cada item um quociente. O somatório dos quatro quocientes representa o quociente motor (QM) que pode ser apresentado em valores percentuais ou absolutos, permitindo classificar as crianças segundo o seu nível de desenvolvimento coordenativo

3.1 O ESPORTE NA ERA VARGAS (1930/ 1945)

Este período histórico é caracterizado por reformas políticas marcadas pela transição de uma sociedade agroexportadora para urbano industrial e foram determinantes para o rumo do capitalismo no país. Veronez (2005, p. 168) afirma que

> [...] a partir dos anos 1930 houve uma mudança no padrão de intervenção do Estado na sociedade e, em especial, no setor esportivo, mais intensamente a partir do período da Era Vargas conhecido como Estado Novo (1937-1945).

Destaca-se, neste período, a forma de organização esportiva adotada pelo Estado em nível nacional durante a década de 1930, constituída de um padrão “totalitário, centralizado, burocrático e corporativista” (VERONEZ, 2005, p. 170). As concepções ideopolíticas do governo neste período demonstram a segurança nacional, a ênfase eugênica da raça brasileira[4], a mão de obra fisicamente adestrada e capacitada como expressões disciplinares para a sociedade brasileira (LINHALES, 1996).

[4] De acordo com Castellani Filho (2010, p.30), “a Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo ‘forte’, ‘saudável’, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país [...]”. Outros sinais do caráter eugênico da Educação Física podem ser encontrados na Constituição brasileira de 1934, quando atribui competência à União, aos estados e aos municípios para “estimular a educação eugênica”.

3.2 A POLÍTICA ESPORTIVA NO POPULISMO (1946/1964)

A população deste estudo corresponde a estudantes do sexo feminino e masculino com oito anos de idade, matriculados em seis escolas da rede de ensino privado e pública na cidade de Arapiraca – AL, que foram escolhidas de acordo com a quantidade de alunos da faixa etária exigida na pesquisa. Tendo como amostra para o devido estudo o total de 120 (cento e vinte) alunos de ambos os sexos. Os pais ou responsáveis dos alunos, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo 1), autorizando a participação dos menores nos procedimentos realizados para o estudo. Os escolares que apresentaram serem incapazes fisicamente de realizar os testes de coordenação motora e as avaliações de peso e altura, selecionadas para o estudo, não puderam fazer parte do estudo, pois não atendiam aos critérios de inclusão.

Figura 2 - Modelo de Alocação de Recursos

Fonte: COSTA (1971, p. 21).

Quadro 1 – Programas de Esporte Educacional no Brasil (2003 a 2013)

PROGRAMAS	OBJETIVO	RESPONSABILIDADE
Programa Segundo Tempo e Programa Segundo Tempo - Modalidades	Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional e do esporte escolar, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e de lazer, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculadas na rede pública de ensino.	Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte (SNEED/ME).
Programa Forças no Esporte	Promover atividades esportivas com fins de inclusão social a crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social	Ministérios da Defesa e do Esporte, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ação Descoberta do Talento Esportivo e o Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR)	Identificar adolescentes e jovens no período escolar que demonstrassem desempenho motor mais elevado que a média da população	Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva) ligado ao Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos, da Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento do Ministério do Esporte.
Programa Esporte da Escola	Incentivar e universalizar a prática esportiva nas escolas, através da inserção do Segundo Tempo no Macrocampo Esporte e Lazer	Parceria do Ministério do Esporte (ME) e do Ministério da Educação (MEC)
Programa Atleta na Escola	a) incentivar a prática esportiva nas escolas; b) democratizar o acesso ao esporte; c) desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica; d) estimular a formação do atleta escolar; e e) identificar e orientar jovens talentos.	Ministério do Esporte – vinculado à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR)
Olimpíadas Escolares	Promover a prática esportiva entre jovens brasileiros através de disputas estudantis, possibilitando a revelação de atletas que podem atingir índices olímpicos e demais competições de alto rendimento.	Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Ministério do Esporte e empresas privadas

Fonte: Portal eletrônico do Ministério do Esporte (2014).

Figura 3 - Realização da etapa escolar do Programa Atleta na Escola

Fonte: Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2015).

ITEM OBRIGATÓRIO

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o IMC dos escolares encontra-se dentro do padrão de normalidade. Quanto ao nível de coordenação motora, houve uma diferença significativa entre meninos e meninas nas tarefas de saltos laterais e saltos monopedais, demonstrando que os meninos apresentaram melhores resultados que as meninas, isso pode ser resultante do fato de ser tratar de atividades que exigem mais força dos membros inferiores. Por fim, sendo a coordenação motora um determinante para a atividade física, recomenda-se estratégias de proposição de atividades que aumentem as habilidades de movimentos na infância, pois podem servir de medidas úteis para ajudar na promoção de atividade física para jovens.

ITEM OBRIGATÓRIO

REFERÊNCIAS

AGENCIA CÂMARA NOTÍCIAS. **Audiência discute financiamento do Programa Atleta na Escola.** Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ESPORTES/509566-AUDIENCIA-DISCUTE-FINANCIAMENTO-DO-PROGRAMA-ATLETA-NA-ESCOLA.html. Acesso em: 23 out. 2017.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio, 1991.

ALVES, A. J. "Revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 53-60, 1992.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Gramond, 2012.

ARAPIRACA. Secretaria de Educação. **Relatório de adesão do Programa Atleta na Escola (2013 – 2014).** Arapiraca: Secretaria de Educação, 2015.

ARANTES, A.; MARTINS, F.; SARMENTO, P. Jogos escolares brasileiros: reconstrução histórica. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 916-924, 2012.

Arantes, A. **O novo" interesse esportivo pela escola e as políticas públicas nacionais**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2009.

ATHAYDE, P. F. A. **O ornitorrinco de chuteiras:** determinantes da política de esporte do governo Lula e suas implicações sociais. 2014. Tese (Doutorado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2014.

BENITES, L. C.; DO NASCIMENTO, J. V.; MILISTED, M. FARIAS, G. Análise de conteúdo na investigação pedagógica em Educação Física: estudo sobre estagio curricular supervisionado. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 35-50, jan./mar. 2016.

BOJIKIAN, C. M. et al. Talento esportivo no voleibol feminino do Brasil: maturação e iniciação esportiva. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v.6, n. 3, p. 179-187, 2007.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil:** razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, p. 87-101, 2003.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos trazem para a educação física escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 131-143, jan./jun. 2013.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o pais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRASIL. **Lei 5.525, 05 de novembro de 1968**. Dispõe sobre a destinação do Fundo Especial da Loteria Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5525.htm. Acesso em: 24 ago. 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNED**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1976.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2016.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil:** razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

BUENO, L. O esporte na Nova República. **Corpo e Movimento**, n. 4, p. 7-10, abr.1985.

CASTELLANI FILHO, L. **A educação física no sistema educacional brasileiro:** percurso, paradoxos e perspectivas. Campinas: UNICAMP - Faculdade de Educação Física, 1999.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010).** 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CUNHA, M. A.; SILVA, M. D.; da; SILVA, T. N. da. Megaeventos Esportivos no Brasil: de prática esportiva amadora a catalisadores de transformações nas cidades. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Maranhão. **Anais [...]** Maranhão: UFMA, 2015.

DE BOSSCHER, V.; BINGHAM, J. SHIBLI, S. **Sport Policy Factors Leading to International Sport Success**. [S1]: Meyer & Meyer, 2008.

DIGEL, H. The context of talent identification adn promotion: a comparison of nations **New Studies in Athletics**, v 17, n 3/4, p.13-26, 2008.

ESCOBAR, M. O.; TAFFAREL, C. N. Z. **Cultura corporal e os dualismos necessários à ordem do capital.** Salvador, 2005. Disponível em: www.faced.ufba.br/rascunhodigital. Acesso em: 10 jan. 2015.

ESPÍRITO SANTO, Edson do. **O esporte no Brasil do século XXI**: balanço crítico da política do Ministério do Esporte, 2003-2012. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: COLÓQUIO A PESQUISA EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS, 1, 2009, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: UFPA, 2009. p. 1-16.

FIGUEIREDO, E. S. A. **As arenas do esporte:** a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais e na produção do conhecimento em um período de transição. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2013.

FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo Costa. Governo Lula: contradições e impasses da política econômica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9.,2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, MG, 2004.

FIGUERÔA, K. M.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. Morais e. Rio 2016 e os legados de esporte de lazer. **LICERE: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 99-133, 2014.

FIGUERÔA, K. M.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. Morais e. RIO 2016: possibilidades e desafios para o esporte brasileiro. **Motrivivência**, Santa Catarina, n. 41, p. 140-15, 2013.

FLAUSINO, M. S. **Plano Decenal:** as políticas públicas de esporte e lazer em jogo. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília - UNB , Brasília, 2013.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.

FURTADA, F. M. Educação Olímpica: conceitos e modelos. In: RUBIO, K. (Org**.) Educação Olímpica e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOYAZ, M. D. **As possibilidades e limites da ginástica no campo do lazer**. Campinas: UNICAMP, 2003.

KLEIN MEES, Gabriela. **Políticas Públicas de Alto Rendimento no Brasil**: Fatores Políticos- Esportivos que influenciam e contribuem para o sucesso. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Escola de Educação Física – UFRGS, Porto Alegre, 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o trabalho social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 55-75. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil:** interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 1996.

MARTINS, V. F.; PAIXÃO, J. A. Trato com o conteúdo esporte nas aulas de Educação Física Escolar: do discurso a prática atual. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 18-33, jul./set. 2014.

MATIAS, W. B. **O enigma olímpico:** o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no governo Lula. 2013.Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2013.

MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C. Estrutura de Organização e de promoção esportiva. In: BOHME M.T. S. (Org.). **Esporte infanto juvenil** : treinamento a longo prazo : talento esportivo. 1a. ed. São Paulo: Phorte, 2011.

MINAYO, M.C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, E. L. do. **Políticas públicas e esporte educacional**: adeus ao atleta na escola? .2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NASCIMENTO, E. L. **Programa de Formação Esportiva na Escola/Atleta na Escola ou quando a ambição olímpica constrange a política esportiva educacional**. Disponível em:< http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/view/7785/3412. Acesso em: 23 jun. 2016.

OLIVEIRA, S**.** Assis de. **O novo "interesse esportivo pela escola e as políticas públicas nacionais**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2009.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método na teoria social**. In: SERVIÇO Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PIMENTEL, E. dos S. **O conceito de esporte no interior da legislação esportiva brasileira:** de 1941 até 1998. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, 2007.

PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997.

PIRES, G. L.; SILVEIRA, J. Esporte educacional... existe? tarefa e compromisso da educação física com o esporte na escola. In: SILVA, M. R. (Org.) Esporte, educação, estado e sociedade: as políticas públicas em foco. Chapecó: Argos, 2007

REIS, N. S.; et al. Programa de Formação Esportiva na Escola - Atleta na Escola: fundamentos lógicos e circunstâncias históricas. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 190-206, maio 2015.

REIS, N. S. **Políticas de esporte educacional nos governos Lula e Dilma**: avanços, limites e anacronismos. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo et al (Orgs.). **Olimpismo e educação olímpica no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGR, 2009.

SILVEIRA, J. Considerações sobre o esporte e o lazer: entre direitos sociais e projetos sociais. **LICERE**, Belo Horizonte, v.16, n.1, 2013.

SIMÕES, D. A produção de textos acadêmicos. In: CONGRESSO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA FFP – UERJ, 2005. Disponível em: http://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2_2014/abaetetuba/abaetetuba2013/minicurso%20leitura-produo%20_prof.%20paulo%20bruno.pdf. Acesso em: 23 jun. 2016.

SOUZA JÚNIOR, M. et al. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v.16, n.03, p.31-49, 2010.

TAFFAREL, C. N. Z. Crítica às proposições pedagógicas da Educação Física. **Boletim Germinal**, n.6, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/germinal/n6-032009.htm#um. Acesso em: 24 ago. 2011.

TAFFAREL, C. N. Z. Espaços e equipamentos para a educação física escolar e não escolar. **Motrivivência**, Florianópolis, n 39, p. 66-75, dez. 2012.

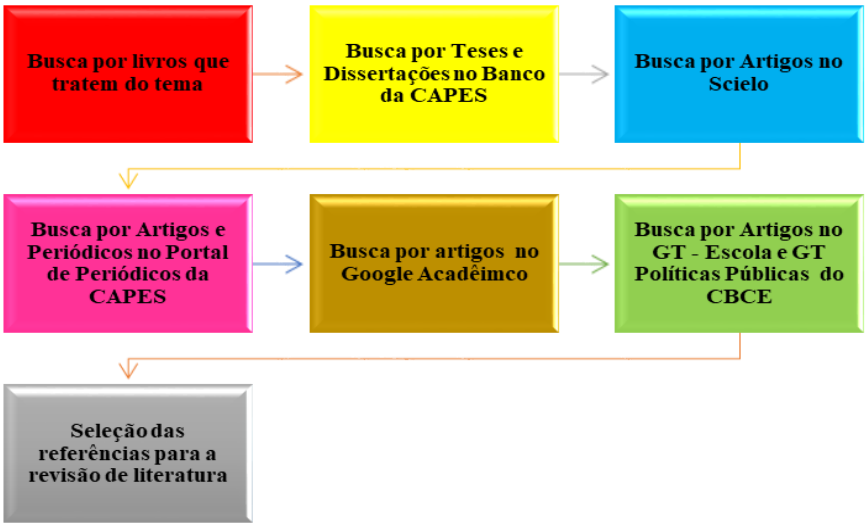
TAFFAREL, C. N. Z. A formação profissional e as diretrizes curriculares do programa nacional de graduação: o assalto às consciências e o amoldamento subjetivo. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, ano IX, n.1, p.13-23, 1998.

TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. L.; SILVA, W. A. Megaeventos esportivos: determinações da economia política, implicações didático-pedagógicas e rumos da formação humana nas aulas de educação física. **Em Aberto**, v. 1, p. 59-68, 2013.

TANI, Go. Manoel José Gomes Tubino: biografia e legado. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.23, n.2, p.183-84, abr./jun. 2009.

ITEM OPCIONAL

APÊNDICE A - Detalhamento da Revisão de Liter

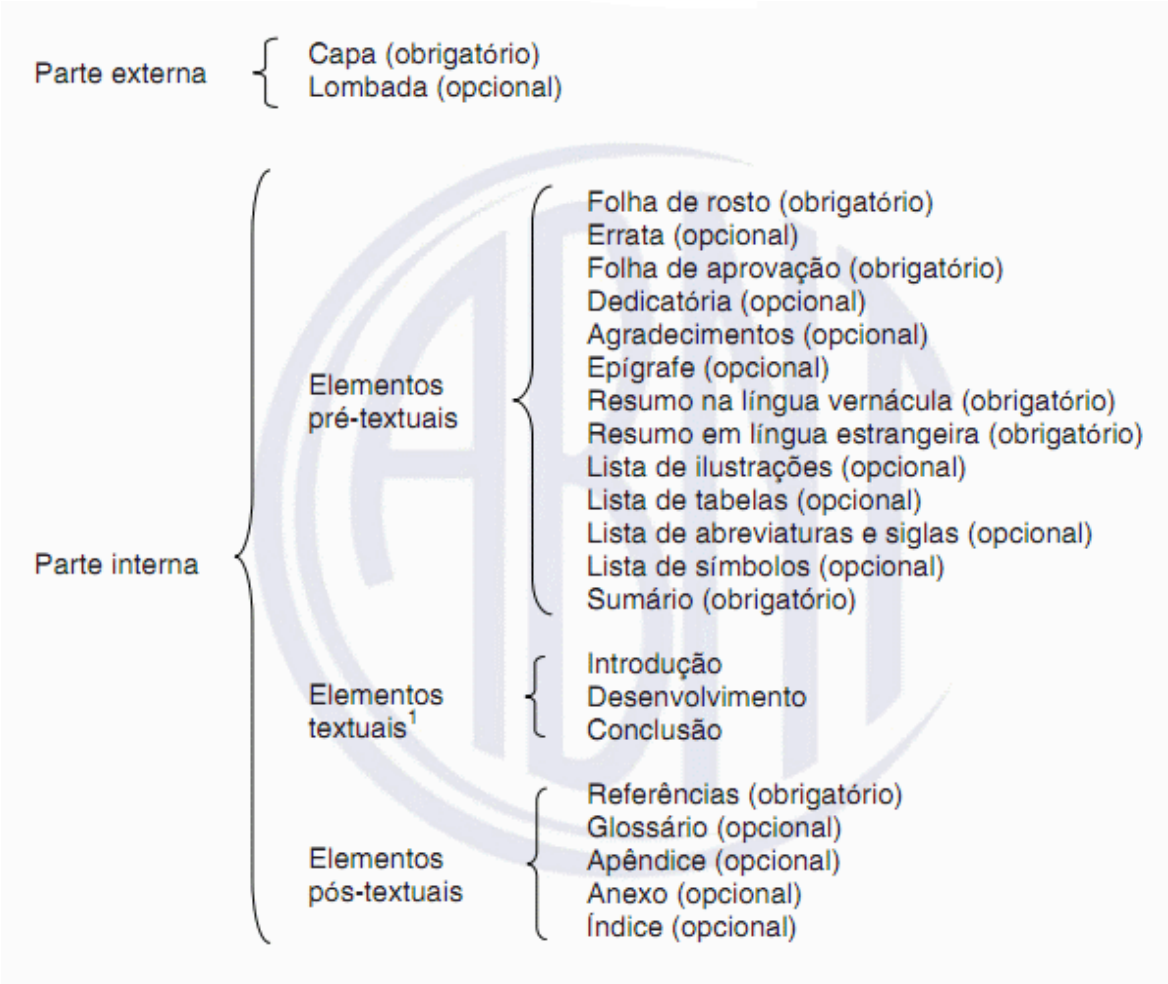


ITEM OPCIONAL

ANEXO A – Mapeamento comunidades quilombolas de Alagoas

Fonte: Disponível em: http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/Mapa%20das%20Comunidades%20Quilombolas-2011.JPG/view>. Acesso em: 14 jul. 2018.

ANEXO B – Itens obrigatórios e opcionais para Trabalho de Conclusão de Curso - TCC



Fonte: Disponível em:http://www.formatacaobr.com.br/norma-abnt/. Acesso em: 14 nov. 2017.